

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR  
HABEAS CORPUS CRIMINAL nº 0820839-91.2022.8.10.0000 Paciente: KÁSSIA PINTO  
CARVALHO Impetrante: REBECA LORRANA SILVA GUEDELHA (OAB/MA nº 21.667)  
Impetrada: JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA DA COMARCA DE BARRA DO CORDA  
Relator: DESEMBARGADOR GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR PENAL. PROCESSO  
PENAL. HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. PRISÃO TEMPORÁRIA.  
SUPERVENIENTE CONVERSÃO EM PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO DA CONCLUSÃO DAS  
INVESTIGAÇÕES. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. PREJUDICIALIDADE. MÃE DE FILHO  
MENOR DE 12 (DOZE) ANOS. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. MEDIDAS  
CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO  
VERIFICADO. ORDEM DENEGADA. I. A superveniente conversão da prisão  
temporária em preventiva ocasiona a perda do objeto da impetração, ante a  
distinção do título judicial que passa a fundamentar o ergástulo e aquele  
questionado no presente writ (Entendimento do STJ). II. O recebimento da  
denúncia, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, torna  
prejudicada a alegação de excesso de prazo para a conclusão do inquérito  
policial. (RHC 118.616/BA, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma,  
Dje 17/3/2020). III. A existência de filhos menores não é, isoladamente,  
fundamento suficiente para revogar a prisão, quando não demonstrada a  
imprescindibilidade da custodiada para os cuidados dos infantes.  
Outrossim, trata-se, na hipótese, de crime concretamente grave, qual seja,  
tentativa de homicídio qualificado em concurso de agente, envolvendo  
facções criminosas, o que demonstra a alta periculosidade da paciente e a  
insuficiência de medidas cautelares menos gravosas. V. O relato de  
predicados favoráveis, o que sequer se confirmou na hipótese, dado o  
conteúdo positivo da certidão de antecedentes criminais, por si só, não  
tem o condão de desconstituir a custódia antecipada, tampouco autorizar a  
aplicação de medidas cautelares diversas, na hipótese em que presentes os  
requisitos autorizadores do encarceramento. Precedentes. VI. Ordem  
parcialmente prejudicada e na extensão conhecida, denegada. São Luís/MA,  
data do sistema. GERVÁSIO Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator  
(HCCrim 0820839-91.2022.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) GERVÁSIO  
PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 06/12/2022)